



ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA

Saúde da mulher trans: Notas de uma invisibilidade social

Rodrigo de Carvalho Leite

Salvador - BA
2017

Rodrigo de Carvalho Leite

Saúde da mulher trans: Notas de uma invisibilidade social

Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública como requisito básico para a conclusão do curso de Saúde Mental e Atenção Básica.

Orientador: Mônica Ramos Daltro

Co – Orientador: Carlos Alberto Ferreira Danon

Salvador – Bahia
2017

ÍNDICE

Resumo	03
Introdução	04
Referencial Teórico	05
Justificativa	09
Objetivo	10
Objetivo Geral	10
Objetivo específico	10
Pré Suposto Científico	10
Metodologia	10
Aspectos Éticos	12
Resultado e Discussão	12
Limite de Pesquisa	16
Considerações Finais	16
Referencias	17

RESUMO

O papel da imprensa sempre foi controverso, entretanto, a imprensa de saúde cresce universalmente, configura-se como um importante espaço de circulação de informações e produções de subjetividades, quando, na contemporaneidade, se coloca carregada posições epistemológicas, culturais e políticas. Trata-se de um estudo original de análise de documentos de abordagem qualitativa, exploratória, localizada no ambiente da imprensa brasileira para identificar as demandas de saúde circulantes sobre a população reconhecida como mulher trans. Para isso, elege dois veículos de mídia que são publicados, semanalmente, no formato de revista: a revista Veja e a revista Carta Capital, entre julho de 2016 e julho de 2017 com o objetivo de revelar os silêncios e as afirmações inscritas nessas mídias sobre as demandas identitárias das mulheres trans. Foram considerados como critérios de inclusão: a) reportagens contendo qualquer relação com demandas de saúde da população geral e b) citações às categorias transexuais, transgêneros, transexualidades e mulher trans e as matérias foram trabalhadas a partir método Análise temática-categorial.

Palavras chave: transexualidade, mulher trans, saúde

INTRODUÇÃO

Marginalizadas em uma sociedade que patologiza sua existência, as mulheres trans, ao subverterem a heteronormatividade e ao binarismo de gênero que informam a visão de mundo hegemônica enfrentam uma série de negações a seus direitos básicos, dentre eles, o acesso a saúde, direito garantido via constituição de 1988 e ampliado pela portaria 1820 de 2009, que garante o atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude (...) da identidade de gênero, (...). Porém, essas mulheres ao acessarem o serviço de saúde, muitas vezes, numa condição de extrema vulnerabilidade psíquica, física e social (ARÁN E MURTA, 2009) encontram um espaço excludente e reprodutor de preconceito, impondo a esse segmento populacional uma atenção clandestina e periférica a saúde.

Reconhecida na produção e reprodução de valores e sentidos sobre as diversas formas de se falar sobre as sexualidades, seja pela introdução de temáticas até então consideradas tabus para um amplo espectro de pessoas, seja, pela forma como ela tem abordado essas temáticas (BORGES E CANUTO, 2013), a imprensa de saúde cresce universalmente, configura-se como um importante espaço de circulação de informações e produções de subjetividades e na contemporaneidade, se coloca carregada posições epistemológicas, culturais e políticas. Possuindo um grande poder de informação, essa imprensa para Miguel (2003), se torna um fator de influência no processo das Políticas Públicas no jogo político contemporâneo.

Muito além da transmissão de informação ou da tradução de descobertas científicas para um público supostamente leigo, o jornalismo semanal representa uma forma de poder que, nas sociedades "de massa", possui papéis extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (CAPELATO, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos. Para Moreira (2002), constitui um importante formador de conceitos e com esse "poder" que lhe é atribuído e, diante da complexidade das dificuldades, em especial, as de saúde, faz-se necessário uma reflexão sobre a atuação e qualidade do que é ofertado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Galli et al (2013), ser transexual é cruzar os gêneros, transitar em uma via divergente da trilha heteronormativa compulsória que a cultura oferece para as pessoas se enquadrarem. Possuindo o sentimento irreversível de pertencer ao sexo contrário ao que foi genética e morfológicamente estabelecido, as mulheres trans não se identificam com seus genitais biológicos e suas atribuições socioculturais (GALLI ET AL APUD PERES E TOLEDO, 2011) e possuem uma não harmonização entre o sexo psicológico e o psicossocial, reivindicando assim o reconhecimento social e legal como mulher, sendo partidário ou não a um tratamento homoniocirúrgico. Para Colling e Sant'Anna (2014), o que importa é o sentimento de reconhecimento da sua identidade de gênero. Porém, ainda para esses autores (2014 APUD BUTLER, s.d) quem mais transgride essas normas sexuais engegradadas, enraizadas e naturalizadas pela sociedade sofre as mais graves regulações e violências.

Dos 343 LGBTQ assassinados no ano de 2016, 144 eram transexuais/travestis, tornando assim o Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, prevalecendo os maiores índices na cidade de São Paulo, seguida da Bahia. (GGB, 2016). Alvo de preconceito, exclusão estrutural, do mercado de trabalho e das escolas, as mulheres trans possuem seus direitos básicos, enquanto cidadãs brasileiras, negados, dentre eles, principalmente o acesso aos serviços de saúde e à saúde integral. (TAGLIAMENTO, 2012).

Embora a saúde tenha sido promulgada na Constituição Brasileira como “direito de todos e dever do Estado”, inúmeras dificuldades no acesso e permanência das mulheres trans nos serviços oferecidos no Sistema Único de Saúde são relatadas, como o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia (ROCON ET AL, 2016) e a escassez de serviços específicos. Segundo Mello et al (2011), Tagliamento (2012) e Lionço (2008), a saúde dessas mulheres é delimitada a prevenção e controle do HIV/AIDS, aos serviços de pronto socorro em casos de violência e ao processo transexualizador, tendo como porta de entrada nos serviços de saúde o estigma, a violência e a patologização, determinantes das condições de sofrimento e agravos à saúde dessa população.

Substituída pela disforia de gênero no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 4ª edição - DSM-IV, a transexualidade é equiparada como “transtorno mental” e inserida na condição de patológico. (GALLI ET AL, 2013) Pela classificação internacional de doença (CID – 10), as mulheres trans são consideradas como portadoras de um transtorno de identidade sexual considerado como “transexualismo” termo em desuso em função do sufixo – ismo, estigmatizante e que reporta a patologia.

Berenice Bento diz que: Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva diferente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária, é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo (FERRARI E CAPILARI APUD BENTO, 2008, p.16).

Em 10 de setembro de 1997, o Conselho Federal de medicina aprovou a resolução nº 1482/97, que autorizou, “a título experimental”, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de “transexualismo”. Esta resolução deliberava que a cirurgia, que implica a remoção de órgãos sadios, só poderá ser praticada em hospitais universitários ou públicos adequados a pesquisa e “não constitui crime de mutilação prevista no artigo 139 do código penal”.

Como no discurso biomédico para cada condição clínica há um tratamento recomendado (PETRY, 2015), em 2008 o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da publicação da Portaria nº 1.707, já em curso no país de forma clandestina. (DUARTE, 2014) a cirurgia de transgenitalização tem como motivo essencial uma “intenção de beneficência”, baseada no princípio terapêutico, ou seja, “a busca da integração entre

o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado”, bem como nos princípios de autonomia e justiça. (SOUZA E VASCONCELOS, 2014).

O processo inicia na procura pelo serviço especializado onde uma equipe multidisciplinar avaliará se o sujeito preenche os critérios diagnósticos de Disforia de Gênero (PETRY, 2015). Confirmado o diagnóstico, o indivíduo será acompanhado por um período de dois anos por psicólogos/ou psiquiátricos concomitantemente ao início do tratamento hormonal. No final deste período e em posse do laudo atestando disforia de gênero, a cirurgia de redesignação sexual poderá ser realizada.

Segundo Arán e Murta (2009), a terapia hormonal consiste na administração de antiandrogênicos e estrogênio com objetivo de induzir o aparecimento de caracteres sexuais secundários compatíveis com a identificação de gênero. Este tratamento será mantido por toda a vida do indivíduo e só será interrompido para realização da cirurgia. Os efeitos colaterais da terapia por estrógenos se configuram em importante aspecto sobre o qual as mulheres transexuais necessitariam conhecer. Tais efeitos implicam em trombose de veias profundas, alterações tromboembólicas, aumento da pressão arterial, alterações hepáticas e problemas ósseos (PETRY, 2015) e sua distribuição não se encontra regulamentada de forma universal, integral e equânime a sua distribuição gratuita para as (os) usuárias (os) do Sistema Único de Saúde. (LIMA, 2014, pg 111) Apesar dos riscos inerentes ao tratamento, elas decidem usá-los para conseguir a busca pelo corpo que legitima sua existência.

Com Portaria 1.707/2008 revogada e substituída pela *Portaria GM/MS nº 2.803*, que redefiniu e ampliou os cuidados incluídos, uma das conquistas alcançadas pela mulher trans se refere a plástica mamária reconstrutiva com colocação de prótese de silicone (PINTO ET AL, 2017) Porém, sujeitos com idade inferior à prevista pela legislação ou que por algum outro motivo não conseguem obter acesso ficam relegados à automedicação e a clandestinidade, ficando a mercê do trabalho das bombadeiras, travestis/transexuais mais velhas que não possuem formação na área de saúde e todo o seu aprendizado se dá por meio de tentativas e erros.

Segundo Vilela, Veloso e Santos (2006), as “bombadeiras” injetam silicone líquido direto no corpo dessas mulheres e pela falta de anestesia e de instrumental adequado, nem sempre produz bons resultados. Costumam usar agulhas veterinárias da espessura de uma ponta de lápis e é preciso usar toda força para empurrar o silicone no corpo daquelas que pagaram pelo serviço de bombar. (DAVI E BRUNS, 2017). Os relatos de bombaço que deu errado são frequentes na literatura (COELHO e NOGUEIRA, 2009) e muitas tiveram seus corpos amputados ou, mesmo, faleceram após o silicone industrial escorrer para várias partes do corpo. O trabalho da bombadeira é considerado, pelo Código Penal, uma contravenção pelo “exercício ilegal da medicina artigo 312, exercício do curandeirismo artigo 313 e lesão corporal grave artigo 129” (SAMPAIO E GERMANO, 2017 APUD PELÚCIO, 2007) e uma questão de saúde pública para o Ministério da Saúde. (SAMPAIO E GERMANO, 2017).

Importante aliado na veiculação de informações em saúde, o jornalismo semanal se torna um sofisticado dispositivo técnico de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle ou de transmissão de mensagens, mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. (BÉVORT E BELLONI, 2009). Albagli (1996, p. 400) acredita que “[...] o jornalismo científico permanece sendo o veículo mais tradicional para a divulgação da ciência e a transmissão de informação científica para o público leigo.

Um dos principais deveres do jornalismo é o de dar lugar à pluralidade das vozes sociais, expressando a multiplicidade de formas culturais e incluindo os que parecem viver à margem da sociedade, (DARDE, 2008) tais como os transexuais, constantemente alvo de interpretações e preconceitos que mídia acaba por reafirmar tais imagens, ou ainda, construir novos conceitos equivocados, o que acaba por aumentar o preconceito e estereotipação. (AUGUSTO, 2015). Por serem resultado de um processo cultural, os estereótipos estão impregnados no inconsciente humano e social e traz consigo a generalização, que, muitas vezes, traduz padrões equivocados e simplistas. (MORONI E FILHA, 2017). Diante disso, o jornalismo semanal surgiria como um agente social, desconstruindo através da disseminação de informações

verídicas o tabu e o estigma que essa população carrega consigo. Outro papel importante do jornalismo científico é o de educar para a ciência. Melo (2006, p. 119 apud COSTA, 2013) afirma que “Nos países subdesenvolvidos, a tarefa principal do jornalismo é educar as grandes massas para que possam assumir o seu papel de sujeito da história”.

JUSTIFICATIVA

Destacando a importância do papel da mídia nas tarefas em que se ocuparia de divulgação científica, Rohden (2011), ressalta que muito além da transmissão de informação ou da tradução de descobertas científicas para um público supostamente leigo, “o que se faz é ajudar efetivamente a construir novas realidades sociais”.

Diante disso, a importância deste trabalho consiste em apresentar, através de uma análise documental das Revistas Veja e Carta Capital, como a mídia impressa está visibilizando as demandas de saúde das mulheres trans. A visibilidade dada atualmente pela mídia pode possibilitar a emergência de novas subjetividades, de novos modos de vida, que até então eram concebidos como inaceitáveis. (Tagliamento, 2012)

A importância deste trabalho se estende também visibilidade às diferentes experiências das mulheres trans na busca de atenção às suas necessidades em saúde, já que segundo Duarte (2011) e Bonassi et al (2015) um processo de estigmatização e discriminação as coloca a margem da sociedade e criam barreiras ao acesso à saúde integral, tornando as mulheres trans mais vulneráveis social, individual e programaticamente ao adoecimento. (TAGLIAMENTO, 2012).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Identificar como as demandas de saúde das mulheres trans são apresentadas através de dois periódicos brasileiros de ampla circulação no período compreendido entre julho de 2016 até julho de 2017.

OBJETIVO ESPECIFICO

Identificar os tipos de demanda em saúde da mulher trans

Analisar discursivamente as notícias que têm como tema a saúde da mulher trans;

Contrastar a notícia trazida pelos periódicos a respeito da saúde das mulheres trans;

PRESSUPOSTO CIENTÍFICO

A saúde da mulher trans é representada de forma limitada pela grande mídia. Quando aparece está colocada de forma estigmatizada, relacionada à violência, a prevenção e controle do HIV/AIDS e o processo transexualizador. Pressupõe-se assim que as reais demandas de saúde das mulheres trans são invisibilizadas pela grande mídia.

METODOLOGIA

O presente trabalho surge como um estudo qualitativo, exploratório, envolvendo método Análise temática-categorial, utilizando como fonte de informação 55 exemplares da Revista Carta Capital e 56 exemplares da Revista Veja, ambas impressas semanalmente e publicadas no período compreendido entre julho de 2016 até julho de 2017 que abordem o tema saúde da mulher trans, direta ou indiretamente. O período das publicações justifica-se pela crescente inserção seja na mídia televisiva quanto nas mídias sociais. Dentre os outros meios de comunicação, a escolha das revistas de periodicidade semanal surge diante da: capacidade de oferecer informação mais analítica e aprofundada, sem a "superficialidade" e/ou a "pressa" impostas aos

jornais diários, televisão e, principalmente internet. A revista semanal é capaz de fornecer maior quantidade de informações sobre fatos que já foram publicados por outros veículos. (Portela, 2009).

A escolha das Revistas não foi aleatória, já que a Revista Veja é tida como a segunda revista semanal mais lida do mundo, atrás apenas da americana Time. (Veja, 2017). Um Revista semanal de informação geral, publicada pela Editora Abril, que surgiu em 1968, por iniciativa dos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, a Revista Veja possui tiragem superior a um milhão de exemplares, segundo dados da própria revista, sendo assim a revista de maior circulação nacional. Sua primeira edição publicada em 1968 - plena ditadura militar e ano em que foi redigido o Ato Institucional número 5 (AI-5), que, entre outras coisas, estabeleceu a censura prévia.

Antagonista a Revista Veja, a Carta Capital foi fundada em agosto de 1994 por Mino Carta e Bob Fernandes. Inicialmente com periodicidade mensal até 1996, quando passou a ser quinzenal, e que, em 2001, passou finalmente a ser semanal. Tida como uma revista que consiste num texto jornalístico cujo grau de informatividade, em certa medida, difere de outros da mídia impressa, pois nele prevalece o caráter crítico-analítico sobre o informativo (CALLES, 2004). A escolha de tais periódicos se dá pelo papel relevante na formação de opinião dos leitores brasileiros e pelo antagonismo de ambas, acrescentando assim a diversidade nos resultados e no debate das ideias

Para tal, as pesquisas das revistas impressas foram realizadas na Biblioteca da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública durante os meses de julho e agosto de 2017 dispendo como primeiro critério de inclusão publicações que possuíam os títulos e chamadas contendo qualquer relação com demandas de saúde da população em geral. O segundo critério de inclusão, refere – se a citações envolvendo transgênero, transexuais ou transexualidade. Como critério de exclusão, matérias que não tragam na chamada ou no corpo do texto demandas de saúde das mulheres trans. Tais critérios se estabeleceram no intuito de coletar informações para conseguir embasamento adequado à discussão relacionada à pergunta que levou à iniciativa desse trabalho.

Os resultados encontrados serão trabalhados a partir do método Análise temática-categorial, o que para Bardin (2011), consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente. Para tal análise, alguns procedimentos serão aplicados, conforme aponta Oliveira (2008):

Leitura flutuante, intuitiva, ou parcialmente orientada do texto, Definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado, Determinação das unidades de registro, Definição das unidades de significação ou tema, Análise temática das UR, Análise categorial do texto, Tratamento e apresentação dos resultados: e Discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo.

ASPECTOS ÉTICOS

Esse estudo está referido à análise documental de domínio público produzido e comercializado por empresa específica, a uma imprensa editada pela uma determinada Editora, de modo que esta exige cautela ao registrar interpretações que pareçam superficiais ou que se assemelhem a implantações de vieses em prol da difamação e generalização. Dessa forma, a análise identifica pontos negativos do material a ser analisado e enquanto estudo qualitativo, não se propõe a nenhuma espécie de generalização e deixa evidente a participação do pesquisador, suas crenças e perspectiva como parte integrante dos resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 2054 reportagens publicadas na Revista Veja, foram selecionadas 139 publicações, dentre elas 116 referentes a saúde de uma forma geral e 23 citações a transgêneros, transexuais e transexualidade. Dessa amostragem, apenas 3 apresentaram alguma demanda relacionada a saúde da mulher trans.

Em relação a Revista Carta Capital, das 1303 publicações analisadas, foram selecionadas 89 publicações, sendo 82 relacionadas a saúde de uma forma geral e 7

a citações de transgêneros, transexuais e transexualidade. Dessa amostragem, apenas 1 apresentou alguma demanda relacionada a saúde da mulher trans.

Conforme apontado pela figura 1, os assuntos mais comentados em ambas as revistas relacionadas a saúde de forma geral apresentam a temática câncer, aborto e drogas e em relação a saúde da mulher trans, conforme apontado pela figura 2, as temáticas mais abordadas são o processo transexualizador, nome social, transfobia, nomenclatura, banheiros e traumas.

Figura 1

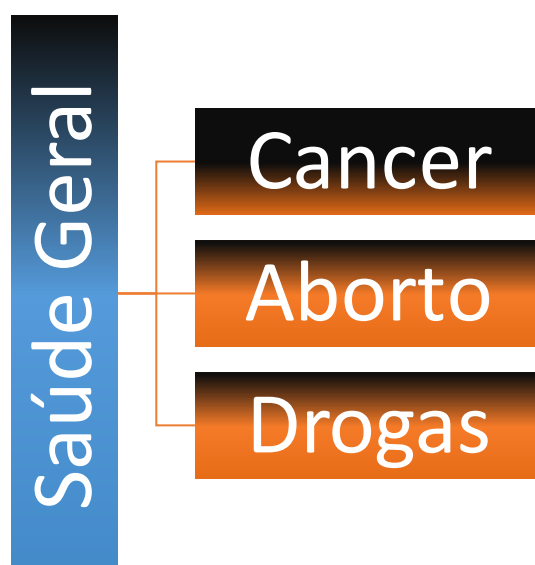
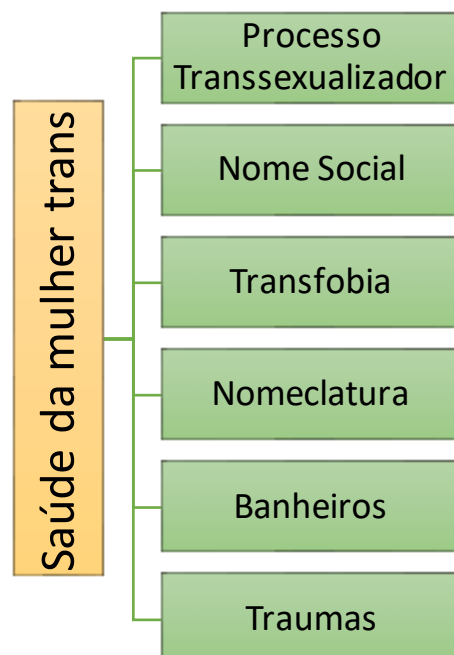


Figura 2



Diante dos resultados encontrados, é perceptível um pequeno número de publicações incluídas a partir do primeiro critério de inclusão em ambas as revistas em relação ao número de publicação em geral, sendo que esses resultados quando apresentados em porcentagem, demonstram 6% de publicações relacionadas a saúde de uma forma geral e apenas um 1% relacionado a citações de transexuais, transgêneros e transexualidade. Quando aplicados o primeiro critério de exclusão, que abrange toda e qualquer reportagem apresentando demandas de saúde da mulher trans, esses números se reduzem a quase 0%. Cabe aqui ressaltar que durante o período analisado, foi encontrado uma ausência total de demandas de saúde do homem trans.

Outro ponto que chama atenção é ausência de capas relacionadas a demandas de saúde, sendo grande parte delas voltadas para assuntos relacionados a política, esquecendo que a saúde também se configura como um ato político. Essas demandas são apresentadas como um binômio doença – saúde/tratamento - cura, patologizando assim a saúde e ignorando os processos preventivos e a atenção a integralidade. Para Almeida Filho (2000 APUD PFUETZENREITER, FILHO e KOEPSEL, S.D), a normalidade não se constitui em oposto da doença, logo a saúde não pode ser definida como seu análogo inverso.

A definição do estado de saúde tende a ser simplificada pelos epidemiologistas pelo uso de "presença de doença" ou "ausência de doença" que requer o desenvolvimento de um critério para estabelecer a definição de normalidade e anormalidade. É muito difícil definir e estabelecer a distinção entre ambos, habitualmente baseada em critérios diagnósticos e pela observação de sintomas e sinais (Beaglehole et al., 1993). No entanto, o que se observa na prática dos profissionais de saúde, na maior parte das vezes, é uma preocupação desmesurada com a doença em detrimento da saúde.

Em relação as demandas de saúde das mulheres trans veiculadas no jornalismo semanal, pode se constatar que não surgem como o foco principal das publicações e sim em segundo plano, além do que o foco encontra-se no processo transexualizador, perpassando pela juridicidade. Essas demandas são apresentadas em seções como Justiça, Brasiliano (Generalidades), Primeira Pessoa (depoimento) Conversa e Gente (Coluna Social), porém durante o período analisado nenhuma demanda foi veiculada em seções relacionada a saúde. As mulheres trans, na grande maioria das publicações, são associadas ao glamour do cinema, televisão, música e passarela e as que não fazem parte desse eixo midiático, são colocadas a margem e vulgarizadas. Importante salientar que em duas publicações, a revista categoriza as mulheres trans Laerte e Liniker, duas grandes e famosas representantes mulheres trans, como ativista e cantor, respectivamente.

O glamour é uma categoria nativa que expressa sucesso na feminilização, o reconhecimento público de suas qualidades, sobretudo artísticas e criativas e a possibilidade de materializar isso em bens que remetem ao consumo de luxo. Ao mesmo tempo, o glamour tem sido um operador capaz de criar um contraponto entre as experiências de sucesso e aquelas da abjeção. (FOUCAULT, 2011)

Em relação a linguagem utilizada, é notório que a escrita dos jornalistas ao se referir a essa população, se apropria de termos imprecisos que tendem a estigmatizar a questão trans, tais como "mudança sexual" e "opção sexual" e uma associação da transexualidade a homossexualidade. Além da transexualidade na escrita aparece logo após um trauma psicológico. Seja por não acompanhar o diálogo entre os movimentos sociais ou pela desinformação, o jornalismo reforça o que o senso comum traz para conceituar e patologizar essa identidade de gênero. Segundo Augusto (2015), a abordagem de transexuais pela mídia quase sempre acaba no senso comum e, mais ainda, cheia de pré-julgamentos, aumentando ainda mais o preconceito sofrido por estas frações sociais.

A veiculação crítica dos assuntos de saúde promove sua visibilidade pública, que se faz determinante na construção e manutenção do lugar de fala dos indivíduos no espaço público e no mercado simbólico das práticas e políticas de saúde. (CAVACA ET AL, 2015). Afinal, é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente o discurso. Então, ocupá-lo torna-se um papel primordial das políticas das diferenças dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical (no sentido de raiz): poder falar e ser escutada (BARBALHO, 2004, p.4). A visibilidade das demandas de saúde da mulher trans pode colaborar para o reconhecimento de necessidades de sua saúde, assim como a invisibilidade pode levar à negligência. (CAVACA ET AL, 2015)

Na dificuldade de acesso aos serviços de saúde, levando a população LGBT, em boa parcela, a um sofrimento psicossocial intenso, (...) e há mesmo aqueles que, frente às suas angustias, medos e insegurança, ou geram conflitos repressores de si, produzindo transtornos mentais de diversos tipos, ou apelam para saídas mais radicais, como a abuso de substâncias psicoativas, automutilação e mesmo o suicídio. (DUARTE, 2014).

LIMITES DA PESQUISA

O estudo realizado apresentou limitações importantes quanto à sua amostra, tais como o período pesquisado se limitar a um ano, a escolha de apenas dois periódicos para análise e pelo fato de ambos serem impressos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos dados apresentados, é possível considerar que a mídia, representada aqui pelas Revistas Carta Capital e Veja, importantes formadoras de opiniões e influenciadoras de ações políticas públicas e sociais, invisibiliza não só a saúde da mulher trans, objeto do nosso estudo, mas a saúde de uma forma ampla e geral, representada por esses periódicos como algo inerente a presença de doenças ou como algo a ser medicalizado, contrariando as concepções contemporâneas de

saúde. Além disso, a prevalência de capas e reportagem com o tema política esquece que a saúde é um ato político pois as políticas públicas estão envolvidas em uma relação de poder.

No que tange as mulheres trans, representadas de uma forma glamourizada, condizendo com mulheres que se encontram na periferia da atenção à saúde, suas demandas de saúde nos periódicos se aproximam a 0% e nota -se um não comprometimento com a terminologia acadêmica ou dos movimentos sociais provocando um reforço ao estigma e o preconceito que se encontra enraizado culturalmente, proporcionando o adoecimento a esse segmento populacional que não encontra na saúde respaldo a suas necessidades básicas.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário que o jornalismo assuma seu papel de agente social, incentivando a discussão política e a opinião pública, tendo o poder de não só denunciar a ineficácia dessas políticas, mas também de oferecer conhecimento, empoderando e transformando a mulher trans em uma mulher possuidora de direitos. Desta forma, ampliando e transformando o seu acesso a saúde.

REFERÊNCIAS

ARAN, Marcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis* vol.19 no.1 Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100003>. Último acesso em: 13/11/2017

AUGUSTO, Annelize P. A imagem de travestis e transexuais na televisão: Uma análise dos programas A Liga, Conexão Repórter e Profissão Repórter. 2015. Trabalho de conclusão de curso – Jornalismo. UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho” FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e

Comunicação. Bauru, 2015. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/145382/000843816.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em: 13/11/2017

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. Educ. Soc. vol.30 no.109 Campinas Sept./Dec. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400008
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/145382/000843816.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em 13/11/2017

BONASSI, Bruna C.; AMARAL, Marília dos S.; TONELI, Maria J. F.; QUEIROZ, Mariana A. D. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. Quaderns de Psicologia | 2015, Vol. 17, No 3, 83-98. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/download/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-etal/1283-pdf-pt>>. Acesso em 13/11/2017.

BORGES, Lenise S; CANUTO, Alice D. A. A. Saindo do armário? Uma análise da produção discursiva sobre o grupo LGBT na mídia impressa em Goiás. Comunicação & Informação, v. 16, n. 2, p. 123-135, jul. /dez. 2013. Disponível em:
<<https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/27588/16299>>. Último Acesso em: 13/11/2017

CALLES, Diva Cleide. Procedimentos de construção textual na seção a semana da revista Carta Capital. REVISTA LETRA MAGNA Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 01- n.01 - 2º Semestre de 2004. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/divacleidecalles.pdf>>. Último acesso em: 13/11/2017.

CAVACA, Aline G; SILVA, Paulo R. V.; FERREIRA, Patrícia.; NUNES, João A. Entre evidências e negligências: cobertura e invisibilidade de temas de saúde na mídia impressa portuguesa. Ciênc. Saúde coletiva vol.20 no.11 Rio de Janeiro Nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001103569>. Último acesso em: 13/11/2017

COELHO, Maria T. A. D.; SAMPAIO, Liliana L. P.; Organizadoras. Transexualidades: um olhar multidisciplinar. 270f. Salvador: EDUFBA, 2014

COLLING, Leandro; SANT'ANA, Tiago. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: COELHO, Maria T. A. D.; SAMPAIO, Liliana L. P.; (Organizadoras). Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. 255 – 266.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.482 /97. Brasília. 1997. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm>. Último acesso em: 13/11/2017

COSTA, Felipe D. A produção científica sobre jornalismo de saúde: estado da arte dos trabalhos apresentados nos Congressos da Intercom entre 2001 e 2010. IV Conferência Sul-Americana/IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. 2013. Disponível em: <<http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/09/9-A-produ%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-sobre-jornalismo-de-sa%C3%BAde-estado-da-arte-dos-trabalhos-apresentados-nos-congressos-da-Intercom-entre-2001-e-2010.pdf>>. Último acesso em: 13/11/2017

COSTA, Felipe D.; JOHN, Valquíria M. Educação em saúde e promoção institucional nas revistas empresariais Essência e Unimed. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 13, n. 30, p. 67-77, jan. /Abr. 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd99=pdf&dd1=7239>>. Último acesso em: 13/11/2017.

DARDE, Vicente W. D. S. A Construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia Brasileira. Revista de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS), v. 14, p. 223-234, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/3109/4870>>. Último acesso em: 13/11/2017

DAVI, Edmar H. D. D.; BRUNS, Maria A. D. T. Para ficar em cima do salto: a construção do corpo travesti na perspectiva Merleau-Pontyana. Rev. abordagem gestalt. vol.23 no.2 Goiânia ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000200004>. Último acesso em: 13/11/2017.

DUARTE, Marco J. D. O. Diversidade Sexual e Saúde Mental. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero de Abeh. 2012. Disponível em: <http://abeh.org.br/arquivos_anais/M/M009.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017.

FERRARI, Geala G; CAPELARI, Rogério S. A Despatologização do transtorno de identidade de gênero: Uma crítica a patologização e o enaltecimento ao direito a identidade sexual dos indivíduos trans. X Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11719/1579,%20pp.%201-18%20%5B25>>. Último acesso em: 13/11/2017.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>>. Último acesso em: 13/11/2017

GALLI, Rafael A; GIAMI, Alain. Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. Psicologia: Teoria e Pesquisa

Out-Dez 2013, Vol. 29 n. 4, pp. 447-457. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n4/v29n4a11.pdf>>. Último acesso em: 13/11/2017

LIMA, Fátima. O dispositivo “texto” biopolítica e práticas de si nas experiências de hormonização nos homens transexuais. In: COELHO, Maria T. A. D.; SAMPAIO, Líliliana L. P.; (Organizadoras). Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. 111 – 123.

MATTOS, Fabricio S. Comunicação e Políticas Culturais de Juventude: Estratégias para a Criação de Políticas Culturais da Diferença na Amazônia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís, MA – 12 a 14 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0291-1.pdf>>. Último acesso em 13/11/2017

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sex., Salud Soc. (Rio J.) no.9 Rio de Janeiro Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002>

MORONI, Alyohha D. O.; FILHA, Elza A. D. O. Estereótipos no telejornalismo brasileiro: identificação e reforço. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1049-1.pdf>>. Último Acesso em: 13/11/2017.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; Paulinho. Relatório 2016 – Assassinatos de LGBT no Brasil. 2016. 22f. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Último acesso em: 13/11/2017

OLIVEIRA, Denize C. D. Análise de conteúdo temático – categorial: Uma proposta de sistematização. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Último Acesso em: 13/11/2017

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10. Disponível em:<<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Último acesso em: 13/11/2017.

PINTO, Thiago P; TEIXEIRA, Flávia D. B; BARROS, Claudia R. D. S.; MARTINS, Ricardo B.; SAGGESE, Gustavo S. R.; BARROS, Daniel D. D.; VERAS, Maria A. D. S. M. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.33 n.7 Rio de Janeiro 2017 Epub July 27, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000805002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#B10>. Último aceso em: 13/11/2017.

PENTEADO, Claudio C.; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. Rev. bras. Ci. Soc. vol.30 no.87 São Paulo Feb. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000100129>. Último acesso em: 13/11/2017.

PETRY, Analídia R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. Rev. Gaúcha Enferm. 2015 jun;36(2):70-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rge/f/v36n2/pt_1983-1447-rge/f-36-02-00070.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017

PFUETZENREITER, Márcia R.; FILHO, José F. C.; KOEPSEL, Raissa. Concepções sobre o conceito de saúde e doença por estudantes de saúde pública. S.D. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/iiienpec/Atas%20em%20html/o43.htm>>. Último acesso em: 13/11/2017.

PORTELA, Cristiane. Revistas semanais de informação geral no Brasil hoje: conceituações e definições. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 14., 2009, São Paulo: REGIOCOM, 2009. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2014%20-%20Revistas%20semanais%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20geral%20no%20Brasil%20-%20Cristiane%20Portela.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017.

REVISTA VEJA. Obrigado, Leitor. Editora Abril. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/obrigado-leitor/>>. Último Acesso em: 13/11/2017

ROCON, Pablo C.; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciênc. saúde coletiva vol.21 no.8 Rio de Janeiro Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517>. Último acesso em: 13/11/2017

ROHDEN, Fabiola. "O homem é mesmo a sua testosterona": promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. Horiz. antropol. vol.17 no.35 Porto Alegre Jan./June 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100006>. Último acesso em: 13/11/2017.

SAMPAIO, Juliana V.; GERMANO, Idilva M. P. "Tudo é sempre de muito! ": produção de saúde entre travestis e transexuais. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(2): 562, maio-agosto/2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n2/1806-9584-ref-25-02-00453.pdf>>. Último acesso em 13/11/2017

SILVA, Bruno de B. Identidade social e autoestima de travestis, homens e mulheres trans e transgêneros: a influência do apoio social. 2016. 169f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2016. Disponível

em: <https://ri.ufs.br/bitstream/ri.ufs/6034/1/BRUNO_BRITO_SILVA.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017

SILVA, Andressa H; FOSSÁ, Maria I. T. Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica* ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1 (2015). Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/2113/1403>>. Último acesso em: 13/11/2017.

SOUZA, Luís A. F. D.; SABATINE, Thiago T. MAGALHÃES, Bóris R. D. (Org). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. – Marília.: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. iv, 218 p.; 23 cm. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017.

SOUZA, Victor S. D.; VASCONCELOS, Camila. Perspectiva Bioética Sobre a Legitimação do Direito a realização de cirurgia de transgenitalização a partir de uma leitura contrária a estigmatização do transexual. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. 2012. Disponível em: <http://abeh.org.br/arquivos_anais/V/V008.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017

TAGLIAMENTO, Grazielle. (In) visibilidades caleidoscópicas: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral. São Paulo, 2012. 164 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-153242/pt-br.php>>. Último acesso em: 13/11/2017

VILELA, Wilza V; SANTOS, Claudete, G. D.; VELOSO, José C. Sobre Transgêneros: produzindo corpos e subjetividade. *Saúde Coletiva* 2006;03(11):72-78. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/842/84212137003/>>. Último acesso em 13/11/2017.